

Desafios históricos para organização, preparação e emprego da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial

Fernando da Silva Rodrigues*

RESUMO: Este artigo investigou os desafios históricos para a organização, a preparação e o emprego da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial, a partir do estabelecimento de uma relação política e militar brasileira com os Estados Unidos durante os anos 1934 e 1945, principalmente depois da chegada da Missão de Instrução de Artilharia de Costa, em 1934, que foi aos poucos substituindo o pensamento doutrinário militar alemão e o francês, até a consolidação desse posicionamento, com a assinatura do acordo entre Brasil e Estados Unidos da América, em 1942. Pretende-se, com essa pesquisa, entender como essas relações ajudaram na organização, na preparação e na atuação da Força Expedicionária Brasileira, identificando também, os motivos para o envio da tropa brasileira ao teatro de operações do Mediterrâneo (Itália), como parte das atividades conjuntas entre Brasil e Estados Unidos da América.

Palavras-chave: Missões Militares de Instrução; Segunda Guerra Mundial; Força Expedicionária; Operações.

ABSTRACT: This article investigated the historical challenges for the organization, preparation and employment of the Brazilian Expeditionary Force in World War II, from the establishment of a Brazilian military policy relationship with the United States during the years 1934 and 1945, especially after the arrival of the Instruction Mission of Coast Artillery in 1934, which gradually replaced German and French military doctrinal thinking, until the consolidation of this position, with the signing of the agreement between Brazil and the United States of America in 1942. It is intended, with this research, to understand how these relations helped in the organization, preparation and performance of the Brazilian Expeditionary Force, also identifying the reasons for sending the Brazilian troops to the theater of operations of the Mediterranean (Italy) as part of the joint activities between Brazil and the United States of America.

Keywords: Military Missions of Instruction; Second World War; Expeditionary Force; Operations.

* Pós-Doutor em História Política, professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, coordenador do Grupo de Pesquisa História Militar e Fronteiras, coordenador do GT de História Militar da ANPUH-RJ, pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos do Exército, e Jovem Cientista do Nosso Estado, da FAPERJ.

Sumário Executivo

Este artigo tem como objetivo analisar os desafios históricos para a organização, a preparação e o emprego da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial, a partir do posicionamento político-militar brasileiro com os Estados Unidos durante os anos 1934 e 1945, principalmente depois da chegada da Missão de Instrução de Artilharia de Costa (MIAC), em 1934, contratada para atuar na defesa do litoral brasileiro, que foi aos poucos substituindo o pensamento doutrinário militar alemão e o francês, até a consolidação desse posicionamento, com a assinatura do acordo entre Brasil e Estados Unidos da América, em 1942.

Procurei identificar os motivos para o envio da tropa brasileira, na Segunda Guerra Mundial, ao teatro de operações do Mediterrâneo (Itália), que fizeram parte das atividades conjuntas da relação político-militar entre Brasil e Estados Unidos da América, e os problemas e tensões relacionados à preparação e atuação dessa tropa. A investigação, pautada em análise bibliográfica e documental abre espaço para outras discussões, relacionadas a dificuldades na mudança doutrinária, no treinamento dos expedicionários no Brasil e na Europa, na aquisição de armamento dos Estados Unidos e da Alemanha, e no recrutamento para formar uma divisão de infantaria expedicionária, quando a proposta inicial era organizar um Corpo de Exército, composto por três divisões de infantaria expedicionária.

A pesquisa demonstrou que coube às Comissões Militares Conjuntas Brasil-EUA, a execução de uma série de atividades de alta relevância para a história da aliança militar entre os dois países durante a Segunda Guerra Mundial. E mais ainda, é importante notar que a Comissão no Rio de Janeiro funcionou como uma autêntica missão militar de instrução e aperfeiçoamento do Exército Brasileiro (OLIVEIRA, 2015b, p. 37). A dinâmica de trabalho e negociação instaurada pelas comissões do Rio e de Washington sobreviveria por longo tempo, após o fim da Segunda Guerra Mundial, funcionando até 1977 quando, no contexto de uma grave crise diplomática e militar, foram extintas pelo presidente Ernesto Geisel.

Ao final do artigo deixei abertos dois pontos que foram levantados em parte nessa investigação, e que precisam no futuro serem pesquisados com mais profundidade: em primeiro lugar, por que o Brasil se recusou a participar da ocupação dos países conquistados do Eixo (Áustria) e; em segundo lugar, por que o Exército desmobilizou a sua Força Expedicionária antes de chegar ao Brasil, de forma tão rápida. Ambas as ações afetaram a posição política do Brasil após a Segunda Guerra Mundial e diminuíram a possibilidade de obter um assento permanente no futuro Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

1. Primeiros momentos do alinhamento militar terrestre com os Estados Unidos da América

Desde o trágico desempenho em Canudos e das operações militares em conflitos internos como o do Contestado, a vinda de uma missão militar estrangeira foi entendida como primordial para o projeto de modernização do Exército Brasileiro. Com a contratação da Missão Militar Francesa, o Exército seria capaz de implantar um sólido princípio doutrinário que estava faltando à Força, de forma a deixá-lo no mesmo patamar dos grandes exércitos europeus.

No período entre as duas grandes guerras, o Exército francês manteve vivos os meios e as estratégias utilizados na Primeira Guerra Mundial, a guerra de trincheiras. Sua perspectiva estratégica baseava-se amplamente na defesa, fundamentada em operações de guerra estática, e, para tanto, no pós-guerra a França continuou fazendo grande investimento na Linha *Maginot*. Porém, apesar dessa tão propagada ideia até os dias de hoje, a França aperfeiçoou, também, doutrina para a utilização de infantaria apoiada pela artilharia, com base na tática do fogo e movimento. No entanto, o Brasil não soube utilizar daqueles ensinamentos franceses, pois a FEB praticamente saiu da estaca zero naquele assunto, quando teve que aprender com os americanos, já em 1943.

O que se percebe é que o pensamento doutrinário francês fundamentava-se, parcialmente, na invencibilidade da defesa pela linha *Maginot*, e que a fronteira fortificada representava a espinha dorsal da manobra militar e a chave para vencer os alemães, a despeito do desenvolvimento de novas táticas e armamentos. Depois da Primeira Guerra Mundial, os franceses, traumatizados com as trincheiras, buscaram substituí-las por fortificações, mais vantajoso do ponto de vista

logístico, pois, era recriado um novo espaço mais salubre e mais protegido do que as antigas trincheiras abertas e desconfortáveis. A doutrina militar francesa foi um modelo baseado no emprego tático das grandes unidades, que incorporava uma estratégia defensiva. Parte fundamental do pensamento militar coloca que numa batalha defensiva pode-se obter vitória com meios inferiores àqueles do adversário. No entanto, a doutrina militar francesa sofreria um revés ao enfrentar a poderosa *blitzkrieg* alemã, na Segunda Guerra Mundial.

No campo das relações internacionais, a década de 1930 foi marcada por uma crescente instabilidade internacional, em consequência de tensões políticas como a ascensão do nazismo na Alemanha, ocorrida no decorrer da crise econômica mundial de 1929. Já com relação à política externa dos Estados Unidos da América (EUA) junto à América Latina, no final dos anos 1930 e início dos anos 1940, no contexto político mundial, existia o perigo de alinhamento ou cooperação de nações latino-americanas ao regime nazifascista da Europa. Dentro dessa perspectiva, percebe-se uma disputa velada entre a Alemanha e os Estados Unidos da América pela venda de material bélico, o que poderia representar - na aproximação e no alinhamento direto com o Brasil - estrategicamente importante no cenário político e geográfico do continente sul-americano e do Atlântico Sul.

No ano de 1934, foi contratada a Missão de Instrução de Artilharia de Costa (MIAC). Sua atuação deu-se primeiro na criação do Centro de Instrução de Artilharia de Costa (CIAC) (BRASIL, 1934a), com sede na capital federal, no Forte da Vigia, sendo que, provisoriamente, se instalou na Fortaleza de São João, nas dependências do 2º Grupo de Artilharia de Costa (BRASIL, 1934b); e posteriormente, na Escola Técnica do Exército

(ETE)¹. Começavam aí os primeiros contatos relevantes entre militares do Brasil e dos EUA.

O contrato com a MIAC foi renovado, em 12 de novembro de 1936 (ESTEVEZ, 1996, p. 212-213), para cooperar com o Estado-Maior do Exército (EME) brasileiro, atuando com a Inspeção de Defesa de Costa², e com oficiais do Exército Brasileiro, no desenvolvimento e funcionamento do CIAC, além de superintender os seus cursos e auxiliar a instrução. A missão tinha, também, a seu cargo, os cursos de Fortificação Permanente e Guerra Química, na ETE, onde deveria auxiliar as respectivas instruções. A Inspeção da Defesa de Costa procurou uniformizar a instrução dessa especialidade da Artilharia em todo o Brasil.

Em 1936, o CIAC foi considerado pelo Alto Comando da Artilharia e pelo próprio Ministro da Guerra, General de Divisão João Gomes Ribeiro Filho, fonte irradiadora dos modernos conhecimentos, condição obtida com a contratação da MIAC. No relatório do Ministério da Guerra de 1936, observa-se a admiração do relator com os resultados obtidos e o desempenho da MIAC no ano de 1935, no que diz respeito à transmissão de conhecimentos profissionais e ao fortalecimento dos laços de amizade entre os militares dos dois países.

Em 1938, o Departamento de Estado (MCCANN, 1995, p. 93) norte-americano

determinou a prestação de ajuda militar a fim de fortalecer os laços de amizade entre os Estados Unidos e a América Latina, lançando as bases de uma cooperação militar e naval mais próxima de uma realidade de contrapor as investidas nazistas. A cooperação consistia no treinamento de militares latino-americanos em Escolas das Armas nos Estados Unidos; realização de voos frequentes de demonstração das aeronaves americanas e visitas aos navios de guerra; convites a oficiais latino-americanos de alta patente para conhecer os Estados Unidos; fornecimento de publicações das Forças Armadas dos Estados Unidos a bibliotecas militares e a designação de mais adidos militares e navais para o continente americano. Todos esses itens estavam vinculados ideologicamente à questão da solidariedade interamericana, de interesse dos Estados Unidos.

A partir de novembro de 1938, a nova política de defesa do hemisfério fez com que os planejadores militares dos EUA passassem a enxergar a importância do Brasil. Caso o país fosse ocupado por inimigos, esses poderiam, no futuro, ameaçar todo o continente americano, inclusive os EUA. A vulnerabilidade militar do nordeste do Brasil era flagrante e sua ocupação ameaçaria as defesas estadunidenses ao sul e no Caribe. A proteção do saliente nordestino contra uma agressão tornou-se o marco dos planos militares estadunidenses para defender a frente

¹ A antiga Escola de Engenharia Militar criada em 1930, que funcionava na Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, mudou de nome, em 1933, para Escola Técnica do Exército, e, em 1934, foi instalada na Rua Moncorvo Filho, no Centro do Rio de Janeiro. Em 1942, a sede da ETE foi transferida para o atual prédio do Instituto Militar de Engenharia (IME), na Praia Vermelha.

² A Inspeção da Defesa de Costa, instituída pelo Decreto n. 24.287, de 24 de maio de 1934, tinha suas funções acumuladas com as do Distrito de Artilharia de Costa da 1ª Região Militar. Assunto completamente novo no Brasil, mal codificado ou apenas em ensaio em

outras nações mais velhas em atividades bélicas. A questão profissional foi encaminhada para os Estados Unidos, através do contrato de uma missão militar em 1934, renovado em novembro de 1936. Pela grande dimensão de seu território, limitado por um enorme litoral marítimo de configuração multiforme, servida de inúmeros portos e importantes vias fluviais, os Estados Unidos se colocavam em condições de aperfeiçoar um estudo completo e variado sobre o uso da Artilharia de Costa, que serviu aos interesses do Exército brasileiro.

atlântica do hemisfério (CONN e FAIRCHILD, 2000, p. 325).

O acontecimento mais importante para essa aproximação foi a visita ao Brasil de uma delegação militar dos EUA, composta por oficiais da Divisão de Planejamento de Guerra e da Aviação, chefiada pelo Chefe do Estado-Maior, General George Marshall, no período de 25 de maio a 7 de junho de 1939. Em seguida houve a retribuição dessa visita, com a ida do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Chefe do EME, aos Estados Unidos (BRASIL, 1940, p. 40). Esse evento é, certamente, o marco primordial na formação da aliança militar Brasil-EUA na Segunda Guerra Mundial. No entanto, a influência norte-americana começou a ser sentida com maior intensidade a partir do final do ano de 1939, principalmente, no momento em que se aproximava o início da Segunda Guerra Mundial. Com relação a essa aproximação entre os dois países, pode-se destacar a visita da Delegação Militar dos Estados Unidos, no período de 14 a 23 de novembro de 1939, chefiada pelo General Delos C. Emmons, que trouxe sete Fortalezas Voadoras (Bombardeiros B-17), representando o governo e o Exército norte-americano nas festas comemorativas do cinquentenário da Proclamação da República.

Conversações secretas e ostensivas foram mantidas por interesses diversos do governo dos EUA e do Brasil, como o caso das relações militares estratégicas, envolvendo o estabelecimento de bases militares no norte e nordeste brasileiro, com o objetivo de dinamizar a defesa ao sul do continente americano. Iniciaram-se, paralelamente, as negociações para o estabelecimento de um convênio militar entre Brasil e Estados Unidos, quando, então, oficiais brasileiros foram enviados àquele país para aperfeiçoarem seus conhecimentos profissionais (BRASIL, 1939), e realizadas visitas de outros do alto escalão

para conhecerem a organização do Exército dos Estados Unidos, assim como, também, chegaram ao Brasil oficiais americanos do alto escalão. Segundo Jehovah Motta (1998, p. 299), a ida desses oficiais aos Estados Unidos, com o decorrer do tempo, aumentou o entrosamento entre os integrantes dos dois exércitos, pois, ao retornarem, traziam novas ideias sobre a organização, armamento, currículos, mas, principalmente, novas ideias a respeito dos padrões e estilos de trabalhos e de convivência militar.

As negociações militares entre o Brasil e os EUA, desde seu início, foram lentas e difíceis. Os personagens envolvidos desde 1939 esperavam que, com a guerra em andamento, houvesse melhor empenho do Brasil para melhorar sua defesa, e os norte-americanos esperavam poder estabelecer rapidamente as bases aéreas necessárias ao seu planejamento militar. Negociações com desconfianças de ambas as partes não poderiam ser realizadas sem dificuldades. Essa foi a tônica dos acontecimentos ocorridos em boa parte dos anos de 1940 e 1941. O Brasil não possuía recursos financeiros para comprar armamentos dos EUA, e somente contava com o envio do material bélico já adquirido junto à Alemanha. O país também não possuía um parque industrial para suprir com equipamentos modernos as suas forças armadas. A simples transferência de unidades militares de outras regiões do Brasil para o Nordeste, a região que preocupava os EUA, não resolveria o problema. Além disso, a cúpula do Exército Brasileiro foi contra quanto à possibilidade do envio de tropas norte-americanas para ocuparem as bases do Nordeste, porque isto era considerado como a perda da soberania brasileira na região.

No entanto, o centro das tensões para as questões militares dizia respeito ao envio de armamento moderno, de grande proveito aos países latino-americanos, e que poderia gerar o

desequilíbrio de poder na América Latina. Além disso, o suprimento de armas, pelos EUA, em que era fundamental a cooperação militar, tinha vários obstáculos à sua realização, tais como: legislação restritiva e incapacidade das indústrias bélicas norte-americanas de produzirem a preço e condições de pagamento viáveis aos países latino-americanos. Para eles seria mais cômodo o envio de tropas para a região.

No dia 29 de outubro de 1940, o ministro da Guerra General Dutra e o Tenente-Coronel Miller, adido militar dos EUA, firmaram no RJ um acordo para que autoridades militares dos dois países estudassem conjuntamente os problemas relativos à segurança continental. O acordo previa, além do estudo das questões de defesa, algumas hipóteses de ação militar por parte das forças armadas envolvidas. Foi firmado um compromisso de ajuda mútua. Esse acordo foi resultado direto das negociações entre os generais Góes Monteiro e Marshall.

Em janeiro de 1941 foi firmado um acordo para instalação de uma nova missão militar dos EUA no Brasil. E maio de 1941 o coronel Ridgway, representando o exército norte-americano, propôs ao Chefe do EME um projeto de planejamento em nível de estados-maiores conjuntos. O que estava sendo proposto era a realização de manobras militares conjuntas no Nordeste brasileiro, com maciça presença de militares dos EUA.

As conversações que se seguiram resultaram na assinatura, em 24 de julho de 1941, do Acordo para Planejamento Conjunto Brasileiro-Americano. Para execução do acordo foi designada uma comissão formada por seis oficiais do Estado-Maior do Brasil e

cinco do Estado-Maior dos EUA. O que se pretendia era propor medidas para reforçar a defesa do Nordeste do Brasil. O acordo fracassou. As negociações foram interrompidas pelo general Dutra, que assumiu rejeição contra a planejada presença de tropas dos EUA no Nordeste brasileiro, entendida como ocupação militar estrangeira. E, para piorar o quadro das relações militares entre os dois países, até o final do ano de 1941, os EUA não tinham enviado o armamento moderno prometido.

No que diz respeito às relações diplomáticas, observa-se que o alinhamento dos países da América Latina se consolidou na Conferência do Rio³, realizada entre 15 e 28 de janeiro de 1942, quando se atingiu o ponto máximo dos esforços norte-americanos com relação à coordenação de uma política internacional para o continente, em oposição ao nazifascismo. O principal objetivo da reunião era a aprovação de uma resolução de rompimento que fosse declarada por ocasião da Reunião dos Chanceleres. No entanto, pela recusa das delegações da Argentina e do Chile em assinar essa disposição, aprovou-se outra que apenas recomendava o rompimento das relações com os países do Eixo. O Brasil suspendeu, então, as relações diplomáticas com a Alemanha em 28 de janeiro de 1942, depois da Reunião dos Chanceleres, e o preço dessa decisão foi o afundamento de navios mercantes na costa brasileira.

O ponto alto da aliança Brasil-EUA deu-se com a criação de comissões militares conjuntas. O acordo assinado em 23 de maio de 1942 para planejar e executar as futuras operações militares previa a criação de duas comissões: a *Joint Brazil United States Defense Commission* – JBUSDC (Comissão

³ O ataque japonês a “Pearl Harbor”, em 07 de dezembro de 1941, acelera os esforços do governo norte-americano de unificação das nações americanas, que

convoca a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas.

Conjunta de Defesa Brasil-Estados Unidos – CCDBEU) com sede em Washington, e a *Joint Brazil United States Military Commission* – JBUSMC (Comissão Militar Conjunta Brasil Estados Unidos – CMCBEU), com sede no Rio de Janeiro.

Em 30 de dezembro de 1942, realizou-se, no Palácio do Itamarati, a posse dos membros brasileiros e norte-americanos da comissão conjunta, criada para articular as medidas necessárias a uma cooperação eficiente entre as autoridades militares dos dois países. Em Washington constituiu-se outra comissão conjunta, chefiada pelo General Estevão Leitão de Carvalho, e integrada pelo Vice Almirante Álvaro Rodrigues de Vasconcelos e Coronel Vasco Alves Seco, representantes do Exército, da Marinha e da Força Aérea Brasileira, e por autoridades militares norte-americanas. A JBUSDC instalou-se em 25 de agosto de 1942, entrando a questão em sua fase final, e sendo examinada, a partir daquele momento, com mais objetividade. Segundo o General Estevão Leitão de Carvalho, inspirava as duas comissões o propósito de eliminar de vez as divergências que, durante tanto tempo, haviam impedido que se chegasse a resultados práticos (BRASIL, 1945, p. 4). No que se referem as negociações militares, os resultados foram bastante importantes. Os EUA comprometiam-se a financiar com até US\$ 200 milhões via *Lend Lease* a aquisição de material militar para as forças armadas brasileiras, tanto para compra de armas e munições, quanto de insumos para a produção bélica nacional.

As primeiras questões submetidas a estudo na comissão de Washington consistiram em assuntos especiais de interesse imediato, referentes à regulamentação das

atividades militares no Norte e Nordeste brasileiro e ao fornecimento de alguns materiais para o Brasil. Resoluções foram aprovadas entre 1942 e 1944, para atender os interesses dos dois países, tais como: entrega de 18 aviões A-29⁴ à Força Aérea Brasileira, para o patrulhamento da costa norte e nordeste do Brasil, em colaboração com a Marinha dos Estados Unidos; rígido regime disciplinar dos soldados e marinheiros, no Brasil; centralização, em Washington, das comissões brasileiras de compra de material bélico; fornecimento de armas automáticas para a defesa imediata dos campos de aviação, aeródromos, zonas de abastecimento de combustível e instalações de defesa das zonas de Belém, Natal e Recife; estabelecimento de enfermarias e hospitais norte-americanos no território brasileiro em locais que estavam localizadas as bases utilizadas pelos norte-americanos; atribui à Marinha dos EUA o comando de operações navais conjuntas; estabelece a defesa do litoral sul e sudeste do Brasil; cria a Força Expedicionária Brasileira (FEB) com 03 Divisões de Infantaria e apoio aéreo, armadas e supridas pelos EUA; e regulamentação da FEB com comando dos EUA em operações além mar.

É importante entender que coube a ambas as comissões (JBUSDC e JBUSMC), a execução de uma série de atividades de alta relevância para a história da aliança militar entre os dois países durante a Segunda Guerra Mundial. E mais ainda, é importante notar que a JBUSMC funcionou como uma autêntica missão militar de instrução e aperfeiçoamento do Exército Brasileiro (OLIVEIRA, 2015b, p. 37). A dinâmica de trabalho e negociação instaurada pelas comissões do Rio e de Washington sobreviveria por longo tempo, após o fim da Segunda Guerra Mundial,

⁴ Mais conhecido como Lockheed Hudson ou A-28 Hudson fabricado pela *Lockheed Aircraft Corporation*. Foi adquirido pela Força Aérea dos Estados Unidos (USAF), que repassou ao Brasil dentro do programa

Lend-Lease, com as designações de A-28, A-29 ou AT-18, dependendo da missão e tipo de motor utilizado.

funcionando até 1977 quando, no contexto de uma grave crise diplomática e militar, foram extintas pelo presidente Ernesto Geisel.

Para os oficiais do Estado-Maior do Exército, ao final da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado do Exército norte-americano, mostrou-se a urgência de uma profunda reorganização e modernização do Exército. As considerações finais do Relatório Anual do EME, de 1945, estabelecem um grito de alerta para essas modificações, inclusive enfatizando a premência de se adotar a organização e a doutrina militar norte-americana, baseadas na motomecanização, e, para tanto, ainda se esperava o auxílio dos Estados Unidos da América (ESTEVES, 1996, p. 286).

2. Das relações político-militares com os Estados Unidos da América à entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial

Ao investigar as relações político-militares com os Estados Unidos da América, percebe-se que o Brasil aderiu à causa aliada na Segunda Guerra Mundial, após a reunião dos Chanceleres, no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, no contexto de desconfiança em relação aos britânicos, o que aumentou nossa dependência do material bélico estadunidense.

Em 1939, o Brasil estava efetivamente desarmado. O armamento existente era antiquado e escasso, não tínhamos base industrial que pudesse produzir armas em grande quantidade, de modo que dependíamos do que poderíamos obter dos EUA. Entre 1938 e 1942, o Brasil havia tentado mudar esse cenário ao realizar uma enorme compra de material bélico da Alemanha, mas com o início da guerra e o bloqueio naval britânico, a

maioria desse material não chegou ao solo brasileiro.

A partir desse momento, é nosso objetivo investigar a organização, a preparação e a atuação da FEB, identificando os motivos para o envio ao teatro de operações do Mediterrâneo, como parte das atividades conjuntas da relação político-militar entre Brasil e Estados Unidos da América. Força Expedicionária Brasileira foi o nome recebido pela tropa da Divisão de Infantaria constituída em 09 de agosto de 1943 e enviada à Itália em 1944 sob o comando do General de Divisão João Batista Mascarenhas de Moraes para lutar contra os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). A designação FEB englobou as forças brasileiras de terra, mar e ar que lutaram na Segunda Guerra Mundial.

Os planos iniciais brasileiros previam a mobilização e envio de um Corpo de Exército, ou seja, três divisões totalizando cerca de 60 mil homens. No entanto, essa empreitada seria um grande esforço para o Exército, pois a força terrestre na época somava cerca de noventa mil homens, estabelecida por todo território nacional, com armamento obsoleto e mal treinados. Mesmo com um esforço extraordinário para o recrutamento do pessoal militar, o Corpo Expedicionário não se concretizou. Além das dificuldades médicas, físicas e psicológicas de seleção, ocorreu também, o desentendimento entre o alto escalão militar brasileiro e estadunidense sobre o fornecimento de armas para treinamento no Brasil. Nesse contexto, somente a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE) foi organizada (OLIVIERA, 2015b, p. 310-311).

3. Força Expedicionária Brasileira: organização e preparação

Em 09 de agosto de 1943, pela Portaria Ministerial nº 4.744, publicada em boletim reservado de 13 do mesmo mês, foi estruturada a tropa expedicionária, baseada no modelo do exército norte-americano, constituída pela 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária e por órgãos não divisionários. A 1ª DIE, comandada por um general de divisão e seu Estado-Maior, deveria compreender: uma infantaria divisionária, comandada por um general de brigada e composta de três regimentos de infantaria (1º RI, 6º RI e 11º RI); uma artilharia divisionária, comandada por um general de brigada e composta de quatro grupos de artilharia (três de calibre 105 mm e um de calibre 155 mm); uma esquadrilha de aviação destinada à ligação e à observação; um batalhão de engenharia (9º BE); um batalhão de saúde; e um esquadrão de reconhecimento motomecanizado. Os elementos da tropa especial, dentro da lógica de uma nova formação organizacional eram compostos por: uma companhia do Quartel General da 1ª DIE, uma companhia de manutenção, uma companhia de transmissões, uma companhia de intendência, um pelotão de sepultamento, um pelotão de polícia militar e uma banda de música (BRASIL, 1943-1945, p. 9).

Além dos elementos divisionários de combate, a FEB teve também elementos não divisionários constituídos por tropa, com um batalhão de trabalhadores e uma companhia do Depósito de Intendência, e a parte de serviços que atuaram na área de saúde, com uma companhia de ambulância, hospital de campanha, hospital primário nº 1 (semimóvel), duas seções brasileiras que funcionaram no Hospital norte-americano, uma subseção brasileira que funcionou no hospital norte-americano de convalescentes e uma subseção brasileira que funcionou no hospital norte-americano de Base. Atuarem também no

serviço de pagamento, no Depósito de Intendência, no serviço postal, no posto regulador postal de Ultramar, no Conselho Superior de Guerra e nas duas auditorias militares.

Ainda durante a fase de estruturação da FEB vários oficiais brasileiros foram enviados aos EUA para participar de cursos em bases militares norte-americanas. Em sua maioria, esses oficiais passaram três meses na Escola de Comando e Estado-Maior do Fort Leavenworth, no estado de Kansas. Esse estágio permitiu que os oficiais brasileiros se familiarizassem com a doutrina militar norte-americana. Orientados no sentido de movimentos rápidos e audaciosos, altamente motorizados, o novo método tinha por objetivo reduzir as marchas a pé e a utilização de cavalos. Os norte-americanos propunham ainda a padronização das armas, cabendo aos brasileiros o uso dos calibres de 105 mm e 155 mm, de que o Brasil ainda não dispunha.

O treinamento para combate que o Exército Brasileiro adotava antes da Segunda Guerra Mundial com base no modelo doutrinário francês era voltado para as principais missões no período entre guerras: a repressão a conflitos internos e a defesa de fronteiras. Mesmo assim, era deficiente. Os exercícios de infantaria, quando realizados, eram feitos com munição racionada, por pelotões e companhias, raramente por batalhões. A artilharia também sofria com a escassez de munições para exercícios. A preparação priorizava a guerra defensiva, de posições, e não acompanhava a evolução das doutrinas de combate para a guerra de movimento.

Só nos últimos meses de 1943, ficou decidido que o Brasil enviaria um corpo expedicionário para lutar no Mediterrâneo. Em 30 de novembro, foi designada a Comissão Militar Brasileira, que, sob a chefia do General

Mascarenhas de Moraes, tinha por objetivo observar de perto o teatro de operações no Mediterrâneo. Além de oficiais brasileiros, a comissão era também integrada por oficiais norte-americanos. Pouco antes de regressar da Itália e da África, o general Mascarenhas foi nomeado oficialmente comandante da 1ª DIE.

Com relação ao armamento, a maior parte do material recebido dos Estados Unidos ficaram na 1ª Região Militar no Rio de Janeiro, itens constituídos por: 363 metralhadoras .30, 314 metralhadoras .50, 41 morteiros 60 mm, 29 morteiros 81 mm, 194 tanques leves, 117 tanques médios, 25 *Scout Car*, 17 meias-lagartas, 05 carros blindados M8, um carro blindado T17 e 99 canhões de 37 mm (OLIVEIRA, 2015a). Até agosto de 1944, parte desse material ficou guardado no Depósito de Moto Mecanização no Rio de Janeiro, no 3º Batalhão de Carros de Combate (3º BCC), no núcleo de um novo batalhão de carros de combate que se organizava na mesma área do 3º BCC; em outro núcleo de um novo batalhão de carros de combate que se organizava na área da Escola de Motomecanização. O equipamento destinado a treino da Divisão de Infantaria Expedicionária na Vila Militar consistia de quatro veículos de meia-lagarta, cinco carros blindados M8 e 57 canhões de 37 mm⁵.

A 15 de maio de 1944, no Rio de Janeiro, foi instalado o Estado-Maior Especial, com a função de planejar e executar o embarque da 1ª DIE, dividida em cinco escalões. Era integrado por três oficiais do Estado Maior Divisionário, o coronel Floriano de Lima Brayner (chefe do Estado Maior da FEB) e os tenentes-coronéis Amauri Kruehl e Humberto Castelo Branco, e

membros da Comissão Militar Conjunta Brasil-EUA, como foi o caso do tenente-coronel Walter Sewel Newman, que seguiu com a FEB para a Itália, como encarregado de estabelecer os trabalhos de ligação do Comando do Exército norte-americano com o General Mascarenhas de Moraes.

4. Força Expedicionária Brasileira: embarque e atuação no teatro de operações europeu

O embarque do 1º Escalão para Nápoles na Itália ocorreu na noite de 30 de junho para 1º de julho de 1944, no navio norte-americano General Mann, sob o comando do General de Brigada Euclides Zenóbio da Costa. O 1º Escalão era constituído de um regimento de infantaria (6º Regimento de Infantaria), um grupo de artilharia, uma companhia de engenharia e elementos ligados aos setores de manutenção, reconhecimento, saúde, comunicações, polícia, pagamento, serviço de justiça, Banco do Brasil e correio, num total de 5.075 homens. Junto com o 1º Escalão embarcaram o General Mascarenhas de Moraes e alguns oficiais de seu Estado-Maior.

O 2º Escalão embarcou em 22 de setembro no navio General Mann, sob o comando do General Osvaldo Cordeiro de Farias, com 5.075 homens, constituídos principalmente, do 1º Regimento de Infantaria, da Artilharia Divisionária, pessoal do Batalhão de Engenharia e outros. O 3º Escalão embarcou nesse mesmo dia no navio General Meigs, sob o comando do General Olímpio Falconiere da Cunha, com 5.239 homens, sendo que, o maior

⁵ Informações e documentos do *United State National Archives and Records Administration* (US NARA) foram reproduzidos por Dennison de Oliveira, da UFPR. Memorandum to Brig. Gen. Hayes Kroner, Subject: location of weapons and ammunition received by Brazil under Lend Lease, 23/08/1944 Disponível em:

<https://drive.google.com/drive/folders/0B4_vclWzR_ouUHFwBEFZUzV6OGM>. Acesso em: 10 dez 2018.

efetivo era o do 11º Regimento de Infantaria. O 4º Escalão, constituído de elementos do 1º Escalão do Depósito de Pessoal do Exército da FEB e criado pelo Decreto nº 6.268, de 24 de fevereiro de 1944, deixou o Brasil a 23 de novembro no navio General Meigs, sob o comando do Coronel Mário Travassos, com um efetivo de 4.691 homens. O 5º Escalão partiu a 08 de fevereiro de 1945 no navio General Meigs, sob o comando do Tenente-Coronel Ibá Jobim Meireles, com um efetivo de 5.082 homens, conduzindo o 2º Escalão do Depósito de Pessoal (BRASIL, 1943-1945, p. 53).

Os médicos e enfermeiras foram transportados por via aérea. A Força Aérea Brasileira (FAB) partiu para a Itália em princípios de outubro, com um contingente de mais de quatrocentos homens sob o comando do Major Nero Moura. Ao contrário dos planos originais, portanto, a FEB foi constituída por uma única divisão, com um efetivo de 25.334 homens.

A partir de 05 de agosto de 1944, quando chegou à região de Tarquínia, na Itália, o 1º Escalão foi incorporado ao 4º Corpo comandado pelo General Willis D. Crittenberger, do V Exército norte-americano comandado pelo General Mark W. Clark, uma força multinacional reunindo americanos, ingleses, poloneses, canadenses, indianos, neozelandês, e brasileiros (FERRAZ, 2012, p. 79). O V Exército norte-americano, juntamente com o VIII Exército britânico, integrava o XV Grupo de Exércitos Aliados, sob o comando geral de sir Harold Alexander.

O V Exército, nesse momento, estava constituído por dois corpos de exército, o II e o IV, pois acabava de ser desfalcado de sete divisões, desviadas para os desembarques efetuados pelos Aliados no sul da França. O II Corpo operava ao norte de Florença na tentativa de desalojar os alemães de Bolonha.

O IV Corpo, chefiado pelo general Crittenberger, tinha a missão de abrir brechas na chamada Linha Gótica, em poder dos alemães. Essa linha partia da região costeira do mar Tirreno, apoiava-se na região montanhosa dos Apeninos e terminava nas áreas de Pesaro e Rimini, já na faixa litorânea do Adriático. A faixa compreendida pela Linha Gótica abrangia montanhas escarpadas que proporcionavam excelentes vistas sobre as tropas aliadas. As forças regulares alemães eram estimadas em 28 divisões (26 alemãs e duas italianas), integrantes do Grupo de Exército C, sob o comando do Marechal Albert Kesselring.

A participação da FEB nos combates iniciou-se com o grupo de Zenóbio da Costa em 15 de setembro de 1944, substituindo uma força norte-americana que estava sendo desligada do IV Corpo. Os oficiais brasileiros foram incluídos na Força Aérea Tática do Mediterrâneo e dentro dela, no XXII Comando Aerotático, que dava apoio às tropas do V Exército norte-americano. Para Ferraz (2012, p. 79), do ponto de vista estratégico da guerra, e que pese que a frente no Mediterrâneo tivesse um papel secundário, pois os Aliados priorizaram a invasão europeia pelo Norte do território francês, a campanha da Itália foi uma das mais difíceis e de lenta progressão das que os Aliados executaram em outros teatros de operações da Europa.

A missão das tropas brasileiras era essencialmente tática, assim como de todo V Exército norte-americano. As dimensões gigantescas da Segunda Guerra Mundial e a dinâmica da evolução das táticas e das estratégias de combate definiu como prioridade a interdependência das unidades e armas. Mesmo na região montanhosa dos Apeninos italianos, que dificultava o uso combinado das forças de terra, mar e ar, a interdependência estava presente. Uma unidade de ataque, ocupação ou defesa de

posição, tinha que ter apoio de outras unidades, como também realizar o apoio (FERRAZ, 2012, p. 80).

As primeiras vitórias da FEB na Itália ocorreram nos dias 16, 18 e 26 de setembro, com a ocupação de *Massarosa*, a tomada de *Camaione* e a queda de *Monte Prano*. Após a conquista do maciço *Prano*, as tropas brasileiras, já acrescidas do 2º e do 3º escalões, foram transferidas para o vale do rio *Serchio*, para se aproximarem de *Castelnuovo di Garfagnana*, um dos fortes redutos da Linha Gótica e importante entroncamento rodoviário, de grande interesse estratégico por ser uma das portas de acesso à planície do rio Pó. A primeira fase do ataque foi bem-sucedida, com a tomada de *Sommocolonia*, *Lama di Sotto* e *Monte San Quirico*, chegando às tropas brasileiras a apenas 04 km de *Castelnuovo di Garfagnana*. Entretanto, de acordo com o General Mascarenhas de Moraes, a tropa brasileira, subestimando o poder de reação do inimigo, descuidou do remuniamento e das medidas de segurança, não tendo condições para resistir ao contra-ataque desferido pelas tropas alemãs durante a noite de 31 de outubro. Esse foi o primeiro revés das tropas brasileiras, que tiveram de recuar para posições anteriores. Essa derrota encerrou a campanha de combate do General Zenóbio da Costa, pois, com a incorporação dos 2º e 3º destacamentos da FEB, Mascarenhas assumiu o comando da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, no início de novembro de 1944. Zenóbio da Costa tornou-se comandante da Infantaria Divisionária, e Cordeiro de Farias comandante da Artilharia Divisionária.

Na reunião do Alto Comando Aliado realizada a 30 de outubro em *Passo della Futa*, foi decidido que a 1ª Divisão Brasileira deveria operar no vale do rio Reno, 120 km a nordeste do vale do *Serchio*. Nessa reunião o General Clark expôs as diretivas que recebera do Marechal sir Alexander, comandante do XV

Grupo de Exércitos Aliados, no sentido de prosseguir atacando a fim de apossar-se de Bolonha, mantendo o inimigo sob pressão e obrigando-o a retirar efetivos das frentes francesa e russa para frente italiana.

A 1ª DIE deveria ser retirada da área em que vinha atuando e deslocada para o vale do Reno. A 1ª DIE substituiria um destacamento da 1ª Divisão Blindada norte-americana, conhecido sob a designação de CCB (*Combat Command B*), na defesa da Linha *Bombiana Brainetta Volpara-Torre di Nerone-Fornaci-Querceto*. No vale do Reno, a Divisão Brasileira ficaria enquadrada, a leste (direita), pela 6ª Divisão Blindada sul-africana, e a oeste, pela *Task Force 45*, grupamento tático norte-americano, constituindo o IV Corpo de Exército sob o comando do Major-General Willis D. Crittenger. Após a reunião de *Passo della Futa* e diante das novas diretivas emanadas do XV Grupo de Exércitos Aliados, o General Zenóbio da Costa e o General Cordeiro de Farias iniciaram o adestramento das tropas recém-chegadas à Itália.

Ao assumir o comando da 1ª DIE no setor do Reno, o General Mascarenhas de Moraes instalou seu quartel-general avançado na localidade de *Porretta Terme*, e o quartel-general recuado primeiramente em *San Rossore* e, mais tarde, na cidade de *Pistóia*. O quartel-general avançado era dirigido pelo Coronel Lima Brayner, compreendendo o comando da 1ª DIE, a chefia e as seções do estado maior e os serviços de transmissões e de engenharia. Em *Porretta Terme* ficaram as seções de operações, sob a chefia do Tenente-Coronel Humberto Castelo Branco, e de informações, sob a chefia do Tenente-Coronel Amauri Kruel. As seções de pessoal e suprimento foram transferidas para Pavana devido aos constantes ataques da artilharia inimiga.

Em 20 de outubro de 1944, o General Mascarenhas de Moraes designara o General Olímpio Falconière da Cunha inspetor-geral do 1º Escalão. Suas funções consistiam em resolver os problemas da retaguarda, principalmente os que se ligavam diretamente ao suprimento qualitativo do pessoal brasileiro, e as questões de relacionamento entre as autoridades brasileiras no Brasil e norte-americanas na Itália, tais como hospitalização, correios, fundos, transporte de pessoal por via aérea etc. Mais tarde, em 25 de março de 1945, as funções do General Falconière seriam incluídas dentro de um novo departamento denominado Órgãos Não Divisionários.

A 02 de maio de 1945, ao cessarem as hostilidades na Itália com a rendição incondicional do último corpo de Exército da Alemanha, a Divisão Brasileira ocupava a cidade de *Alessandria*, desde 30 de abril, e estabelecia ligação com o Exército francês em *Susa*, próximo à fronteira franco-italiana. A guerra chegava ao fim para as tropas brasileiras. O custo foi a morte de 443 expedicionários e de 08 oficiais do Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira. A Força Expedicionária permaneceu até 03 de junho como tropa de ocupação e depois retornou ao Brasil. O fim da Segunda Guerra Mundial deu-se a 08 de maio de 1945, com a vitória final dos Aliados em toda a Europa após a queda de Berlim.

Durante a investigação surgiu um documento novo, no Arquivo Histórico do Exército, que nunca foi analisado, o qual pode dar uma nova direção nos debates atuais sobre a recusa do Brasil em participar como força de ocupação dos países conquistados do Eixo (Áustria). Tal ponto ainda precisa ser pesquisado no futuro com mais profundidade.

No ofício nº 90, de 27 de fevereiro de 1945, o General Mascarenhas de Moraes,

comandante do 1º Escalão da FEB e da 1ª DIE expõe ao Ministro da Guerra, suas ponderações sobre a possibilidade do Brasil vir a ser convidado para atuar como tropa de ocupação. Mascarenhas registra a contraindicação da FEB ser empregada como tropa de ocupação em qualquer país europeu. Destaca inicialmente, a má vontade dos povos das nações aliadas do “Eixo” com os exércitos das Nações Unidas, que combatiam em seu solo. Terminada a guerra, essa indisposição agravar-se-ia com a miséria, a fome, e os delicados problemas políticos, que surgiriam. Para conter os excessos e revoltas no pós-guerra, as tropas de ocupação teriam que agir com energia ou violência, muitas vezes, não satisfazendo os anseios da população. Esse procedimento, em pouco tempo, colocaria a tropa de ocupação, perante a nação ocupada, em situação de força contrária a liberdade civil e de instrumento odioso de opressão. Por mais serena que fosse a atitude da tropa brasileira, jamais conseguiria evitar a irritação natural, num país ocupado, contra os soldados estrangeiros, que fariam, quotidianamente, lembrar a população civil a sua infeliz condição de povo vencido.

Além dos problemas relacionados à condição política, Mascarenhas de Moraes destaca ainda, que a apresentação da tropa deixava muito a desejar, pois os uniformes eram de má qualidade, com a aparência desagradável, ainda mais na presença de outras tropas, como as inglesas e as norte-americanas, cujos uniformes ele considerava impecáveis. Sob o aspecto disciplinar, Mascarenhas tinha outro ponto de tensão, pois a tropa havia recebido uma deficiente instrução militar, antes de embarcar, além do que considerava ser o ponto mais importante: a fraqueza das leis penais e regulamentos brasileiros, que não eram suficientemente severos para coibir e reprimir os abusos que poderiam acontecer com o fim da guerra.

No entanto, fica aberta ainda, uma segunda pergunta, por que o Exército desmobilizou a sua Força Expedicionária antes de chegar ao Brasil, de forma tão rápida? Ambas as ações afetaram a posição política do Brasil após a Segunda Guerra Mundial e diminuíram a possibilidade de obter um assento permanente no futuro Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

5. Reflexões para o Brasil

O trabalho de renovação no Exército Brasileiro, antes da Segunda Guerra Mundial, iniciado pelos Jovens Turcos, pela Missão Indígena, pela Missão Militar Francesa, que chegou ao Brasil em 1920, e realizou profundas modificações na organização do Exército, foi completado pela aproximação e alinhamento doutrinário com os Estados Unidos da América.

Na primeira metade do século XX, o Exército ganhou novas armas, incluindo o avião, marco da modernização institucional, e principalmente, o ensino militar foi reformulado, tornando-se mais técnico-profissional. Sob a reorganização Missão Militar Francesa surgiram diversas escolas especializadas.

A modernização da estrutura de defesa nacional incluiu a mobilização de recursos diversos como: pessoal, material e monetário, e teve seu início com o modelo alemão, mas só tornou-se possível após a reorganização do Exército promovida com a implantação do modelo francês, na década de 1920. A nova organização partiu para um movimento de centralização e interação da força. As atividades militares passaram a ser planejadas e controladas por uma elite hierárquica composta por oficiais com o curso de Estado-Maior ou de Revisão.

Durante a Segunda Guerra Mundial as relações do Brasil com os EUA passam a se estreitar no campo militar, principalmente a partir do debate em torno das inovações da guerra e da doutrina militar francesa, posta em xeque pela espetacular vitória alemã em 1940.

Um ponto importante nessa reflexão diz respeito à visita feita pela Comissão Militar Brasileira, designada pelo Aviso Reservado nº 543/460, de 30 de novembro de 1943, chefiada pelo General de Divisão João Batista Mascarenhas de Moraes, ao Teatro de Operações do Mediterrâneo, que foi de grande utilidade para a organização da FEB, pois as observações colhidas no Norte da África e na frente de batalha do V Exército dos EUA, condensadas em relatório, serviram para orientar determinados pontos que ainda eram obscuros. Demonstrações realizadas com o máximo de objetividade permitiram que se executasse uma mudança radical no processo de instrução, de maneira a dar ao expedicionário brasileiro uma impressão de realidade e intensificação no preparo físico para poder suportar as duras circunstâncias do combate (BRASIL, 1943-1947, p. 7).

A apreciação sobre os uniformes influenciou decisivamente no plano adotado para a FEB, decidindo por certas modificações e adoção de peças indispensáveis ao uso em campanha. Conclusões precisas foram tiradas das condições climáticas e sanitárias das regiões prováveis de emprego da tropa brasileira, bem como medidas importantes assentadas sobre o equipamento, a estocagem e o fornecimento de material especializado.

O problema monetário, o câmbio e a troca do dinheiro foi motivo de estudo especial, sendo anexada uma agência do Banco do Brasil para a solução das operações bancárias. Com relação à logística de suprimentos foi cuidadosamente observada a alimentação norte-americana e planejada a

distribuição à tropa brasileira, por meio de uma aplicação metódica feita ainda no Brasil.

O momento de preparação para guerra revelou outros problemas, entre eles podemos destacar o relacionado ao treinamento dos expedicionários no Brasil. A mudança na estrutura das unidades militares de combate que deveriam embarcar para a guerra não encontrou no Brasil instalações adequadas. Um regimento, que comportava cerca de mil homens, passou a ter cinco mil. Não havia possibilidade física de acomodar toda essa gente nas antigas unidades. As dificuldades logísticas de fornecer abrigo, alimentação, fardamento e outras necessidades para os novos ingressantes tornava a vida nas cidades sedes das mobilizações e de treinamento uma experiência caótica (OLIVEIRA, 2015b, p. 53).

A situação das unidades de treinamento distribuídas em quatro Regiões Militares diferentes (Duque de Caxias, Caçapava, São João Del Rey e Aquidauana) criou no início sérias dificuldades, pela impossibilidade de se realizar uma fiscalização eficaz sobre o andamento da instrução, assim como o controle direto das transformações doutrinárias pela qual deveriam passar as unidades, de acordo com o novo tipo de organização imposta pelo Aviso Reservado nº 481-408, de 18 de outubro de 1943 .

Além disso, foi necessário sentir o impacto das dificuldades relacionadas a mobilização e treinamento da tropa destinada a combater numa Grande Guerra, para que o Exército Brasileiro identificasse a inadequação dos locais utilizados para adestramento de seus efetivos, obrigando-o a tentar corrigir esse erro, com a instalação de áreas mais adequadas para treinar a Força Expedicionária. Na Itália um dos maiores obstáculos dos expedicionários brasileiros foi o terreno montanhoso, cujo combate requer

especialização específica e equipamentos adequados. No Brasil, esse tipo de treinamento não foi disponibilizado na preparação da tropa, apesar de que, em 1943, Resende foi indicada como um possível local de treinamento para a 1ª DIE, descartada pelo Ministério da Guerra, porque continha muita área montanhosa.

A mudança doutrinária obrigou o Exército Brasileiro a alterar a composição nas unidades para o modelo ternário norte-americano, no qual cada pelotão de fuzileiros passava a ter três esquadras comandadas por um sargento, mais um adjunto, cada companhia passava a ter três pelotões de fuzileiros e cada batalhão passava a ter três companhias de fuzileiros. Em consequência, o número de sargentos multiplicou várias vezes, ocasionando a abertura de enormes claros no efetivo expedicionário, de difícil preenchimento, visto que a maioria era de elementos especializados. Houve a necessidade de cursos emergenciais (para formação de sargentos e cabos) de maneira que cada pelotão, cada companhia, pudesse ter o seu efetivo completo .

O Regimento de Infantaria sofreu modificações radicais na sua constituição das unidades elementares, na própria estrutura dos órgãos do comando e no seu armamento, com a introdução de novas armas desconhecidas até aquele momento. Foi incluído o morteiro 60 mm, o lança rojão (*bazooka*), a metralhadora .30, o canhão anticarro 57 mm, e aparelhos de rádio e telefonia. Essas inovações exigiam não só um perfeito conhecimento técnico para um emprego eficiente, como um conhecimento profundo das alterações impostas nos processos de combate, com a inclusão desse material nas formações da infantaria.

Com a falta treinamento adequado no Brasil, seja pela falta de material, de local apropriado, ou pela inusitada e imediata readequação doutrinária, as tropas brasileiras

seguiram para o Teatro de Operações na Itália, e somente os expedicionários do 1º Escalão, composto principalmente, pelo 6º Regimento de Infantaria, além de algumas poucas unidades de artilharia, engenharia, cavalaria e outras unidades auxiliares, puderam treinar, na Itália, em campos de instrução americanos e com armas, equipamentos em situação e terreno de combate. Os dois escalões que seguiram na sequência (com o 1º Regimento de Infantaria e com o 11º Regimento de Infantaria) não tiveram a mesma chance e acabaram tendo que aprender a combater durante a ação real, no Teatro de Operações. No entanto, o comandante do 4º Corpo e o do V Exército definiu que as tropas com pouca experiência de combate, como a brasileira, deveriam ser introduzidas lentamente em setores mais calmos da frente italiana, para ganhar experiência de combate por meio de ações de patrulhas e pequenas ofensivas (MORAIS, 1947, p. 71). O crescimento das missões ocorreu com o tempo e a incorporação de novos escalões. Dessa forma, em setembro de 1944, a tropa expedicionária brasileira conquistou as suas primeiras posições e teve suas primeiras baixas.

O enquadramento do Exército brasileiro dentro da estrutura organizacional do V Exército norte-americano, integrante do X Grupo de Exércitos Aliados permitiu-nos uma experiência bastante intensa e tensa no campo operacional. O EB vinha de uma experiência de mais de vinte anos adotando a doutrina militar francesa de emprego em operações ofensivas de choque frontal e destruição do inimigo, que não foi muito eficaz contra a *Blitzkrieg*, cuja essência visava não apenas o choque e a destruição das forças físicas do inimigo, mas também o seu moral. Entre o final de 1943 e 30 de junho de 1944 (embarque do 1º Escalão da FEB) intensificou-

se o intercâmbio de material e desenvolveu-se a preparação da tropa brasileira para atuar no teatro de operações do Mediterrâneo com base no modelo doutrinário dos EUA, baseado em doutrinas de ataque impostas pelo desenvolvimento tecnológico no campo da aviação, da artilharia e dos blindados. O ataque era lançado com grande apoio da aviação e a artilharia oferecia apoio complementar. Podem ser observadas, ainda, manobras de envolvimento e ataques pelos flancos, manobras que ainda estavam em fase de transformação e aprendizado. O resultado no teatro de operações foi conflitos de decisões no comando, manutenção em alguns casos de estratégias francesas e dificuldades no entendimento da língua inglesa, fato que aumentou as tensões entre os militares norte-americanos e brasileiros.

As considerações finais do Estado-Maior do Exército, em 1945, estabelecem um grito de alerta para importantes modificações, enfatizando a premência de se adotar a organização e a doutrina militar norte-americana, baseadas na motomecanização, no entanto eles teriam que romper com o cunho mais conservador que inovador que revelaram conflitos intensos no interior do Exército Brasileiro, opondo militares de gerações distintas, revelando a luta da instituição para conservar ou inovar, processo em permanente agonia e quase sempre catalisado, com ferocidade, pelos grandes conflitos.

Referências

- BRASIL. Ministério da Guerra. Força Expedicionária Brasileira. **Relatório Secreto**. Volume 1. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército. Seção Força Expedicionária Brasileira, 1943-1945.
- BRASIL. Ministério da Guerra. AHEX. **Boletim do Exército N. 06**, de 31 de janeiro de 1934. Publica o Aviso Ministerial N. 78, de 30 de janeiro de 1934a. Rio de Janeiro, 1940.
- BRASIL. Ministério da Guerra AHEX. **Boletim do Exército N. 10**, de 20 de fevereiro de 1934b. Rio de Janeiro, 1940.
- BRASIL. Ministério da Guerra. AHEX. **Decreto-lei 1.776, de 17 de novembro de 1939**. Rio de Janeiro, 1940.
- BRASIL. Ministério da Guerra. AHEX. **Relatório do Ministério da Guerra de 1940**. Rio de Janeiro, 1940.
- BRASIL. Ministério da Guerra. AHEX. Acervo da FEB. **Relatório Geral do Chefe da Delegação Brasileira à Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos**, Washington, 1945.
- BRAYNER, Floriano de Lima. **A verdade sobre a FEB: memórias de um chefe de Estado-Maior na Campanha da Itália (1943-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- CARVALHO, Luiz Paulo Macedo (Coord.). **O Exército na História do Brasil**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Bibliex; Salvador: Odebrecht, 1998.
- CONN, Stetson e FAIRCHILD, Byron. **A estrutura de defesa do hemisfério ocidental: o exército dos EUA na Segunda Guerra Mundial**. Tradução de Luis César Silveira da Fonseca. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.
- ESTEVES, Coronel Diniz (Compilado). **Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército**. Brasília: EME, 1996.
- FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)**. Londrina: EdUEL, 2012.
- HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado: Teoria e política das relações entre civis e militares**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1996.
- McCANN, Frank D. **A aliança Brasil – EUA, 1937 a 1945**. Tradução de Jayme Taddei e José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.
- MORAIS, Berta et al. **Depoimento de oficiais da reserva sobre a FEB**. São Paulo: Instituto Progresso Ed., 1949.
- MORAES, João Batista Mascarenhas de. **A FEB pelo seu comandante**. São Paulo: Instituto Progresso Ed., 1947.
- _____. **Memórias**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: J. Olímpio, 1969.

MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do Exército**: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

OLIVEIRA, Dennison. **Extermine o inimigo**: os blindados brasileiros na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá, 2015a.

_____. **Aliança Brasil-Estados Unidos**: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá, 2015b.